

MÉTODO CARTOGRÁFICO COMO DISPOSITIVO CLÍNICO-POLÍTICO NA PESQUISA COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Juliana Baldasso Siqueira¹

Simone Mainieri Paulon²

Luísa Horn de Castro Silveira³

Helena Andrade Ew⁴

Resumo: Trata-se de uma reflexão sobre fazer pesquisa e clínica com mulheres, de modo a abrir espaços para emergir suas potências, através da escuta e do estar junto no cotidiano e nas lutas coletivas. Configurando uma pesquisa-intervenção cartográfica, empreendida junto a um coletivo de mulheres acolhidas em uma Casa-Ocupação de referência para mulheres em situação de violência doméstica, narramos os procedimentos adotados ao longo do estudo, situando-os nos quatro níveis de atenção do cartógrafo, sugeridos por Virgínia Kastrup. A análise é produzida a partir de relatos dos diários de campo de seis pesquisadoras, dando voz aos efeitos de seus encontros com a Casa-Ocupação, pelas lentes da filosofia trágica de Nietzsche. O desfecho da intervenção conduz ao entendimento da importância do gesto de reconhecimento de si como protagonistas de suas histórias, afirmando a potência do desejo.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Cartografia; Métodos de Pesquisa; Grupos; Políticas Públicas.

Abstract: The article brings a reflection about research and clinic with women, in order to open spaces to emerge their potency, through listening and being side by side in everyday routines and political challenges. This cartographic intervention-research, undertaken with a group of women sheltered in a House-Occupation for women victims of domestic violence, narrates the procedures adopted throughout the study, placing them in the four levels of attention of the cartographer, suggested by Virginia Kastrup. The analysis is produced through field diaries reports of six researchers, giving voice to the effects of their encounters with the House-Occupation, based on Nietzsche's tragic philosophy theories. The outcome of the intervention leads to the understanding of the importance of recognizing themselves as protagonists of their stories, affirming the power of desire.

Key-words: Domestic Violence; Cartography; Research Methods; Groups; Public Policy.

¹ Psicóloga clínica, mestra em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, membra do Ebepoa

² Psicóloga, analista institucional, doutora em Psicologia Clínica (PUCSP), pós-doutorado (UFRN/UNIBO), coordenadora dos Programas de Extensão "Des'medida - Saúde Mental e Direitos Humanos" e da "Clínica Feminista na perspectiva interseccional", docente PPG Psicologia Social – UFRGS

³ Psicóloga especialista em Saúde Mental (RIMS/HCPA), mestra em Saúde Coletiva e doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.

⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Introdução

A autêntica fábrica é o inconsciente, e, portanto, a batalha mais intensa e crucial é micropolítica. (PRECIADO, 2018, p.15)

A pesquisa-intervenção sobre a qual este texto se debruça integra um dos campos de uma pesquisa matriz intitulada “Experiências urbanas e produção do comum: modos de vida e invenção das cidades em tempo de intolerância”⁵. Percorrendo experiências coletivas com o objetivo de compreender determinados modos de exclusão operados na cidade, o estudo interdisciplinar buscou encontrar possibilidades de produção de um comum, enquanto modo de resistência ao capitalismo contemporâneo. A fim de seguir tal intuito, o grupo de pesquisa se distribuiu entre diversos coletivos na cidade de Porto Alegre, tomando como critério de escolha algumas inserções que já tínhamos via projetos de extensão e pesquisas anteriores - com moradores de rua e ocupações urbanas, por exemplo - e a possibilidade de compor um olhar diverso e plural acerca dos modos de viver e habitar a cidade. Fugindo a qualquer pretensão representativa, que além de intangível não dialogaria com nossa compreensão da cidade subjetiva (GUATTARI, 2012), entendemos que as cidades, territórios vivos, forjam modos de existir e são por eles arquitetadas. Como um “problema cruzamento” que não pode ser apreendido apenas em termos de espacialidade, já que implica questões econômicas, sociais e culturais, o fenômeno urbano interpela urbanistas e estudiosos da subjetividade a compreenderem que o destino da humanidade se produz na cidade. Afirmamos, assim, com Guattari (2012, p.150), que “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano”.

Subsidiados nessa concepção, um dos campos onde nossa intervenção se realizou foi junto à “Ocupação Mulheres Mirabal”, escolhido entre os segmentos interessantes aos propósitos da investigação maior, dadas as características de um lugar de moradia transitório, liderado e gerenciado por um movimento feminista, para público exclusivamente feminino. O local era situado, à época do início da pesquisa, na zona central da cidade, e atende mulheres em situação de vulnerabilidade social decorrente de violência doméstica.

Sustentada metodologicamente na cartografia, nossa pesquisa teve o intuito de se fazer uma “intervenção rizomática”, aproximando-se da proposta de Deleuze e Guattari

⁵ O projeto recebeu financiamento público pelo Edital Universal MCTI/CNPq Nº1/2016 (Processo 423985/2016-7) e atendeu às diretrizes dispostas na Resolução nº 466/12, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, do Conselho Nacional de Saúde (CAAE No. 82415417.4.0000.5334).

(2000) que conceituam rizoma como uma rede de conexões entre os componentes do campo, de maneira horizontal e quebrando com as relações hierárquicas, já que cada elemento possui suas singularidades e nenhum está acima ou abaixo de outro. Desta forma, não se trata de constatar verdades absolutas ou examinar unidades, mas sim, de ampliar possibilidades de conexões. Também não nos importa buscar um sentido para a pesquisa, e sim analisar o rizoma como um grande complexo, permeado por fluxos, passagens, cortes e pausas em constante movimento. Esta pesquisa-intervenção cartográfica foi, assim, produzindo conexões no campo e modificando paisagens enrijecidas. O campo da mulher em situação de violências sucessivas - das agressões domésticas que as expulsaram de casa, às reiteradas violências praticadas pelo estado que reproduz abandonos na ausência ou desinvestimento de políticas de proteção -, exigiu-nos adentrar a pesquisa aguçando a sensibilidade investigativa à micropolítica do desejo, perscrutando movimentos moleculares que apontassem caminhos contra hegemônicos em um horizonte distópico. Em meio a tantos impossíveis, algumas passagens puderam se fazer, buscando brechas entre espaços institucionais enrijecidos, criando segmentos de fuga que driblassem linhas duras do desejo, aparentemente cristalizado em relações áridas e vidas precarizadas.

Assim, o texto-trajetória, utilizando um termo de Santos & Romagnoli (2012), aqui exposto, tem o desafio de convidar a leitora ou leitor a fazer parte deste acontecimento, abrindo-se para conexões e produzindo uma rede ainda maior e mais potente, no encontro entre leitor(a) e experiência. Seguindo pistas do método cartográfico, contaremos como esta pesquisa foi sendo tecida entre retalhos de vidas, fiapos de potência que, quando compartilhados com outras mulheres, compunham, lentamente, movimentos de cuidados mútuos que, a um modo patchwork, constituíram um modo clínico-político de fazer pesquisa com mulheres em situação de vulnerabilidade.

Para tal percurso, contamos com Kastrup (2007) que aponta quatro gestos da atenção cartográfica, inspirada em conceitos de Freud e Bergson. São eles: 1) o rastreio; 2) o toque; 3) o pouso e 4) o reconhecimento atento. Um percurso cartográfico, assim compreendido, não está preocupado com a “coleta de dados” visto que parte do princípio que, desde o início da pesquisa, os dados são produzidos com o campo e não sobre ele. Assim, nossa produção de dados com a Ocupação-Casa que acolhe mulheres em situação de violência deu-se em constante conversa com a atenção cartográfica, tal como estudada pela autora, e será desdobrada no presente artigo de forma análoga aos quatro gestos por

ela sugeridos, resultando nas seguintes sessões: 1) rastreando uma Ocupação/Casa; 2) o campo toca; 3) um pouso em grupo 4) reconhecendo atentamente as demandas produzidas: o direito ao não.

Trata-se, portanto, de propormos um debate metodológico para o qual convidamos leitora/es dispostas/os a desacomodar hipóteses, recusar verdades apriorísticas, buscando a invenção de outros territórios de vida. Nas tramas e tessituras da pesquisa, vão-se desenhando outras possibilidades existenciais às mulheres escutadas, que, por meio de fragmentos dos diários de campo escritos ao longo de um ano e meio de investigação, serão trazidos como disparadores para a reflexão. Como pressupõe a pesquisa cartográfica, o que se revela aqui é uma produção de conhecimento construída ao longo de um percurso de pesquisa, “um conhecimento emergente de uma experiência com o campo em que está envolvido o cuidado de uma atenção que participa da própria criação do território de observação” (ROMERO; ZAMORA, 2016, p. 456).

Importante salientar que em alguns momentos o texto se utiliza da linguagem em primeira pessoa do singular, porém as intervenções narradas nos diários de campo são de seis pesquisadoras (quatro psicólogas e duas arquitetas) que viveram, cada uma a seu modo, uma experiência coletiva. O eu então é múltiplo, e às vezes aparecerá no plural visto que o próprio percurso cartográfico borrou as fronteiras entre autorias individuais e coletivas, operando na escrita aquilo que se propunha a estudar: modos de caminhar forjando andarilhas, que forjam os caminhos por onde continuarão a trilhar.

Rastreando Uma Ocupação/Casa

Ao chegar na Casa tocar a campainha pela primeira vez, lembro imediatamente de Bachelard (2000, p. 25): “Quando, na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel, imóvel como Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos ao reviver lembranças de proteção. Algo fechado deve guardar as lembranças, conservando seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca hão de ter a mesma tonalidade das lembranças da casa”. Adentro a casa/prédio após um longo período de espera, observando atentamente cada detalhe, mas talvez com um olhar um tanto quanto flutuante, a ponto de me manter aberta ao que viria e não tão fixada em analisar de antemão o que observava. (Diário de campo, 15 de agosto de 2018)

O campo da pesquisa aqui narrada é uma Ocupação-Casa que acolhe mulheres em situação de violência e há quatro anos vem cumprindo uma função crucial de direitos fundamentais roubados a um grupo de cidadãs em vulnerabilidade, no vácuo do Estado deixado pelo dismantelamento progressivo que as políticas públicas vêm sofrendo no

país. A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (2019) revela que, em 2019, os casos formalizados em boletins de ocorrência (BO) no estado chegaram a 37.381 denúncias de ameaças, 20.989 casos de lesão corporal, 1.714 estupros, 97 feminicídios consumados e 359 tentativas de feminicídio, sendo que Porto Alegre possui a maior quantidade de denúncias referentes a tentativas e feminicídios consumados.

Para esta investigação a ferramenta priorizada foram diários de campo na perspectiva sócio-analítica. Lourau (1993), ao atentar para os lapsos que escapam ao inconsciente institucional, questiona-se sobre o que recalca a forma científica para se configurar enquanto tal. Para o autor, tão importante quanto o que foi integrado ao texto, é aquilo que foi mantido de fora dele (extra-texto). Assim, os diários de campo ou textos diarísticos são, não raro, insuportáveis ao texto acadêmico-científico justamente naquilo que revelam a implicação do pesquisador. Os diários de campo contam sobre a experiência de viver o campo, com todas as afetações e inviabilidade da separação entre pesquisador e objeto de pesquisa. Segundo Barros e Passos (2010), o texto diarístico liberta-se da pretensão do conhecimento exato e definitivo sobre o campo estudado, constituindo, o próprio processo de escrita, uma produção implicada de conhecimento. Lourau (1993) entende que, ao incluir o fora-texto, há um devir mulher que o texto precisa liberar. Devir-mulher, pois confronta o ideal civilizatório antropo-falo-ego-logocêntrico (ROLNIK, 2018, p.195) ainda hegemônico no meio acadêmico.

Assim, os diários de campo foram confeccionados de forma individual e coletiva. Os diários comportaram nossas afetações experienciadas nos encontros na e com a Ocupação, considerando que escrever é uma forma de dar contorno e produzir novos caminhos. São bifurcações que ampliam saídas àquilo que nos toca e nos mobiliza. Para além de meros registros, os escritos diarísticos no contexto da pesquisa-intervenção como aqui trabalhados assumem uma dimensão crítico-analítica que requer uma atenção cartográfica a que Kastrup (2007), inspirada em Freud e Bergson, designou por concentrada e aberta.

Para Freud (1969, p. 150) a atenção flutuante teria como pressuposto “Não atribuir uma importância particular a nada daquilo que escutamos, sendo conveniente que prestemos a tudo a mesma atenção”. Assim, o início do rastreamento se deu através das afetações experienciadas pelo corpo da cartógrafa que, ao adentrar o prédio pela primeira vez, sentiu um frio perpassar sua espinha:

Foi como corporificar o abandono e exclusão que era vivido ali; não fosse pelas crianças que incendiavam o silêncio e pulsavam tanta vida em um ambiente gélido, ao menos num primeiro momento, naquela tarde de inverno de 2018. (Diário de campo, agosto de 2018).

Tais sensações pareciam refletir os lugares destinados pelo Estado a grupos para os quais a normativa vigente não reserva lugar algum. São prédios antigos e abandonados que expressam o espaço social reservado a mulheres que, ao se desvencilharem, ou tentarem não sucumbir às estruturas limitadas e violentas de uma cultura patriarcal, defrontam-se com novas e sucessivas violências. O que a cartógrafa ali sentia, era o peso da degradação estatal, ao qual as crianças, com toda energia de suas recentes e já marcadas vidas, tentavam colorir.

Assim, o corpo apresentou-se como importante ferramenta desde as primeiras aproximações ao campo desta pesquisa-intervenção. Deleuze e Parnet (1998) referem-se às afetações que se dão nos encontros entre corpos como possibilitadoras de transformação, deslocando o instituído e possibilitando novas formas de ser. Sendo assim, é tarefa do cartógrafo mergulhar nas intensidades dos encontros e estar atento às linguagens possíveis para a construção da cartografia na qual o conhecimento se produz na transformação da realidade possibilitada pelos encontros. É um movimento que corresponde ao experimentado pelo personagem benjaminiano do flâneur, assim descrito pelas também pesquisadoras da cidade:

Em suas caminhadas pela cidade o flâneur-cartógrafo vê, cheira, apalpa, encosta, pega e prova da urbe com seu corpo aberto à percepção das variações intensivas. Ele cruza a cidade enquanto deixa, estratégica e metodologicamente, que a cidade o cruze e proponha questões, que as intensidades produzidas pelos encontros possam afetá-lo e mover o pensamento (ROMERO; ZAMORA, 2016, p.457).

Tal analogia evidencia quão fundamental é, na perspectiva metodológica que sustentou nossa investigação, o exercício constante de análise de implicação das pesquisadoras. Assim, colocar a instituição “pesquisa” em análise, desde a indagação à encomenda da pesquisa, aos aspectos contratransferenciais do analista-pesquisador constitui movimento transversal ao processo investigativo, afinal: “Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar; fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc.” (LOURAU, 2004, p.148).

A temática da violência contra a mulher não havia despertado meu interesse antes, e ainda hoje sinto um misto de interesse e afastamento. Quando muito perto, desejo. Quando me afasto, esqueço. Este diário reflete minha angústia, pois é como se pudesse escrever apenas

em alguns momentos específicos quando me é permitido acessar o tema, sem que seja danoso, a mim mesma. Por isso exponho aqui que talvez como tudo na vida, cada letra traçada surge de uma profunda guerra interna que parece não cessar em mim. Talvez esta dobra que sou, produto do fora, colapsa neste encontro com tais situações, pois de algum modo sente-se também produzida por experiências distintas, mas parecidas. Aproximar-me disto causa-me certa repulsa e negação tendendo a pensar que todas somos capazes de sobreviver às catástrofes vividas. Não posso misturar-me, pois falo aqui de algo que não sou eu, mas sim um país que constrói, desde a escravatura, marcas em nossos corpos femininos de violências diversas. De uma sociedade que me leva a crer que posso sim suportar e aguentar todas estas exigências que se esperam de uma “mulher”. Meu conflito se dá entre a força de lutar para mudar e o assujeitamento em aceitar as coisas como estão. Duas posições que andam de mãos dadas e ora convergem, ora afastam-se. Não acredito que seja possível viver em pólos, mas sim busco encontrar o tom para mais do que sobreviver, viver estes paradoxos (Diário de campo, 07 de fevereiro de 2019).

A violência vivida pelas mulheres e crianças, cria supostamente desconfiança e medo do mundo lá fora, fora da casa, e ecoa na pesquisadora ao rastrear o campo. Um corpo dilacerado e invadido por sucessivas agressões não poderia mesmo, nessas condições ser receptivo aos que chegam e entram sem avisar. Nós, enquanto pesquisadoras, tínhamos neste primeiro momento, o intuito de contratar com a Coordenação da Casa Mirabal nossa proposta de intervenção. Porém, mesmo com uma primeira aprovação e aparente demanda por parte de quem nos recebia, eram reincidentes os cancelamentos, falta de horários, combinações truncadas, tal como explicita o diário de campo abaixo:

Encontrei com uma das meninas do grupo da coordenação da casa, que depois de um tempo, falou que precisaríamos conversar sobre o funcionamento da Ocupação. Não deu tempo. No tempo em que estive na casa, precisou fazer uma reunião com pessoal do centro de referência. As meninas da coordenação não responderam o e-mail que mandamos entre maio e junho, com a proposta de pesquisa. Estamos mudando o formato pensando na demanda que a situação nos coloca no momento: o risco de reintegração de posse e a instabilidade da continuidade da ocupação (Diário de campo, 15 de agosto de 2018).

A casa sofria risco de “reintegração de posse”⁶ evidenciando as garras de um Estado que, além de não dar conta de suas demandas, agride reiteradamente àquelas que sofrem, no corpo, os efeitos de uma sociedade estruturada em valores colonialistas e patriarcais. O medo do retorno do agressor, somava-se à iminente perda do espaço da Casa, aprofundando as tensões e angústias das acolhidas e por parte das coordenadoras/apoiadoras do movimento. Assim, não tínhamos clareza quanto à oferta

⁶ Um curioso ato falho era recorrente nos diários das pesquisadoras que se referiam ao termo como DEstituição de posse, visto que a ideia de REstituir a propriedade à congregação religiosa que detém o direito de posse, mesmo que o imóvel estivesse, como permanece, sem cumprir qualquer função social, não soava legítima, justificando, a nosso ver, o trocadilho constante.

da pesquisa-intervenção, já que nossa primeira proposta de apoio por meio de oficinas com mapas afetivos das acolhidas na cidade, se dissolvia juntamente com a ameaça da perda. O risco de mais uma desterritorialização concreta colocava em xeque o que havíamos pensado até então. Assim, a nós cabia escutar que demandas de apoio-intervenção estariam se configurando, abrindo possíveis brechas para alguma intervenção. Deste modo, passamos a frequentar a Ocupação sem qualquer atividade definida, e sem mais esperar pelas reuniões que nunca ocorriam. A proposta era sustentar este não-saber, abertas ao que pudesse acontecer:

Uma das moradoras, vinda de outra cidade, diz que “estava presa” e que está na Ocupação há dois dias apenas. Percebi naquele “estava presa” uma necessidade de falar, porém ali com muitas pessoas não se sentia à vontade. Ela disse que faltava fazer apenas uma prova para concluir o EJA e que estava desesperada, pois precisava de um emprego, porém não conhecia Porto Alegre. Ao perceber que estava transbordando angústia me ofereci para acompanhá-la até o local das provas para que pudesse se informar sobre o procedimento. Desta forma, aproveitamos para conhecer o centro da cidade. Foi uma longa caminhada de duas horas e meia e muita conversa (Diário de campo, 22 de agosto de 2018).

No diário de campo acima temos pistas sobre o que o rastreamento detectava: uma prática de cuidado e escuta às angústias daquelas que, ao romperem com uma história de violência, viam-se de repente em meio a uma cidade desconhecida e dentro de uma casa de acolhimento, que por ser local de proteção, acaba fazendo emergir sensações de cuidado, mas também de aprisionamento:

Na porta observei um cadeado e um interfone. Cadeados são extremamente importantes quando se pode ser agredida e expulsa a qualquer momento. Os cadeados de lá as protegem daquilo que deveria lhes dar segurança. Nós nos protegemos da violência e dos assaltos em nossos confinamentos. Temos medo dos ditos “bandidos”. Elas protegem-se é da polícia, do Estado. Que triste realidade! (Diário de campo, 22 de agosto de 2018).

Para Rolnik (2010) rastrear é fazer uma varredura no campo através de uma atenção que busca por um alvo móvel. Assim, para trilhar uma cartografia há de se conseguir trabalhar com metas em variação contínua, entrando no campo sem saber qual alvo será perseguido. O mais importante aqui é a localização de pistas, acompanhando mudanças de posições, de ritmo e tempo. Signos de processualidade, através de uma atenção sem foco e ampla. Nas palavras da autora:

Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo (ROLNIK, 2010, p. 41).

Do rastreio do campo, surge o que a autora propõe como o “toque”. A cartógrafa sente-se tocada no encontro com as acolhidas e com a casa. Nesta linha, questionam Paulon e Romagnoli (2010):

A investigação da totalidade inviolável da vida, em sua complexidade, não se caracteriza como uma tarefa simples. Mas quem haveria em sã consciência de questionar a sabedoria matemática contida na exatidão das leis da natureza, que tão complacente se dispõe a nossa investigação? Ou o formalismo metodológico instaurado pela ciência moderna calcado na neutralidade e na objetividade? Quem ousaria burlar a grade homogeneizante da verdade científica? Em sã consciência ninguém! É justo este o ponto que pode interessar às ciências que tenham por foco processos de subjetivação, que visem rastrear a singularização. (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 91).

Assim, ousamos questionar tais exatidões e verdades, entramos de corpo-e-língua (ROLNIK, 2010) no campo, às avessas da sã consciência, talvez mais próximas ao inconsciente, encaminhando a pesquisa para um segundo momento.

O Campo Toca

Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo (KASTRUP, 2007, p. 19).

Ao longo de meses acompanhando a Ocupação, nos sentíamos tocadas por histórias de luta, sofrimento, força e também ressentimento. Como cartógrafas munidas de suas maletas de ferramentas com algumas experiências e leituras, questionávamos o lugar de pesquisadoras dentro desta Ocupação. Passamos a olhar a Casa como um lugar onde estas mulheres poderiam recuperar forças, buscar uma espécie de tranquilidade do mundo barulhento lá fora, fechando portas e janelas para ter um pouco de sossego e assim, quem sabe, abrir espaço para o novo. Tais sensações nos remetiam ao que Nietzsche propõe como antídoto ao ressentimento: “Eis a utilidade do *esquecimento ativo*, como disse, espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem o esquecimento”. (NIETZSCHE, 2009, p.47, grifo nosso).

O toque, pois, se daria como um rápido vislumbre, que aciona de certa forma, um processo de seleção como se algo ganhasse uma espécie de relevo. Por meio de uma forte afetação, muitas eram as perguntas que nos surgiam: Como podem estas mulheres tão sofridas recuperarem e/ou inventarem força para construir novos olhares sobre a

vida? Como poderiam fazer uma reavaliação de valores para experienciar a vida de modo novo e original, com jovialidade e vitalidade, sem o peso insuportável da culpa, do ressentimento e de valores que as aprisionam, pré-determinando as suas ações? Como ativar o desejo de povoar o corpo com novas experiências? Como atravessar esta ponte, encontrando o ponto de viragem dentro do próprio ressentimento? Como acolher mulheres que viveram tantas situações violentas e que buscam outras alternativas, mas sem deixar de entender que tais experiências também as constituem e são forças poderosas de suas construções? Como viver a complexidade da violência constitutiva, sem deixá-la determinar uma subjetivação vitimada?

Dissolver as dicotomias na tentativa de escutar que são vivências repletas de forças de diversas ordens: prazer, horror, medo, alegria, paixão, amor, ódio, repulsa, é um grande desafio. Tais analisadores aparecem nos discursos e escancaram a complexidade e coabitação de afetos, sentimentos e sensações imanentes a tantas vivências complexas. Neste meio tempo, enquanto experimentávamos modos diversos de aproximação, a casa sofreu reintegração de posse e o movimento passou a habitar um novo espaço conforme narrado no seguinte trecho do diário de campo:

A Ocupação passa a ser na antiga ala administrativa de uma Escola que se encontra em desuso. A casa é muito menor do que a anterior. Apenas uma acolhida muda-se para lá, enquanto as outras encontraram novos lugares para habitar (abrigo, casa de aluguel, algum familiar) em função de escola das crianças e seus trabalhos serem na região central. Ficamos um pouco afastadas em outubro e novembro de 2018, na tentativa de marcarmos uma reunião com as coordenadoras e firmarmos nosso trabalho no novo local. Em função da mudança, elas estavam se reorganizando e não conseguimos ter muito contato até que finalmente marcamos uma reunião no sábado após uma roda de conversa aberta ao público. Porém, foi apenas em uma segunda reunião, já em janeiro de 2019, que firmamos uma parceria mais sólida com a Coordenação. Reiteramos nosso desejo, como pesquisadoras acadêmicas, de fazer um grupo de escuta às acolhidas, semanalmente, visto que no tempo que passamos com elas percebemos uma necessidade de escuta. Me comprometi a coordenar e não abandonar o “barco”, pois senti que elas desconfiavam dos trabalhos voluntários que, por vezes, eram iniciados e não tinham continuidade. Porém, ao lembrarmos para coordenadoras nossa trajetória e permanência junto às acolhidas desde o primeiro contato em maio de 2018, pareceu surtir um efeito de confiança. Finalmente, no dia 31-01-19 demos início ao grupo de escuta às acolhidas, que ainda não tinha se configurado como tal (Diário de campo, 02 de fevereiro de 2019).

Um movimento de zoom deste momento fez uma espécie de captura e recorte no campo, permitindo percorrer o caminho de construção de um dispositivo possível a abrigar uma demanda das mulheres acolhidas pela Casa Mirabal: um pouso em grupo.

Um Pouso Em Grupo

Seguindo as pistas do método cartográfico, olhamos para trás e identificamos o grupo de escuta como um momento de pouso da pesquisa. Para Kastrup (2007) o gesto de pouso fala sobre a percepção do cartógrafo realizar uma parada, onde um novo território se abre reconfigurando o campo de observação. O movimento é como se mudássemos de janela atencional, como explica a autora, ao descrever a experiência do pouso como um ganho de intensidade e extensão da atenção que reconfigura o campo e reduz as ambiguidades de percepção. Ao modo de uma lente em zoom, que ao focar um recorte de campo não apaga, mas cria um mundo perceptivo que borra temporariamente outros mundos em seu entorno, o que se opera no movimento do pouso da atenção é uma movimentação global em que a mudança de um elemento altera os demais, trazendo novos elementos, para além da percepção figura-fundo, ao nosso mundo sensível.

O que se apresentou como forma-figura nos primeiros encontros tomou outros movimentos e demandou modos de aproximação-pousos diversos. Inicialmente, propusemos uma roda de conversa semanal com quem estivesse na casa (acolhidas, coordenadoras, apoiadoras) e se dispusesse à intervenção. O efeito, entretanto, não se deu como proposto, pois, com o passar dos encontros, logo nos deparamos com o fato de que apenas as acolhidas estavam participando das rodas. Ponderamos então, junto às participantes, que a intervenção que a pesquisa inicialmente ofertou como Rodas de Conversa com as mulheres presentes no momento do grupo na casa, acabou se configurando como “Grupo de escuta das acolhidas”, onde além dos sofrimentos inerentes às circunstâncias de violências por elas vividas, também compartilhavam suas potências, e, por que não, as potências que se pode encontrar no sofrimento?

Nesta linha, Barros (2009, p. 290) defende a ideia de que grupos possam operar no sentido rizomático, ao que ela define como “Grupo-entre: rizomar”. Diferentemente de uma árvore, o rizoma vai se proliferando por bifurcação. Assim, o grupo-entre é aquele que não tem a preocupação de restabelecer o *status quo*, ou se debater entre totalidades capturantes, mas, sim, de estar no meio, esvaindo-se das idealizações identitárias. Nas palavras da autora:

Tomar algo pelo meio é abandonar a procura das origens, é não se nortear pelos finalismos já-dados, é privilegiar as conjunções, as inclusões. O grupo é aquilo que se insinua entre as dicotomias, não para resolvê-las ou superá-las, mas para delas escapar, construindo pequenas passagens para pré-individualidades informes. Se tomamos o grupo pelo meio, a lógica é outra, a máquina que se põe a funcionar é outra. No meio não mais encontramos unidades, mas devires (BARROS, 2009, pg. 292).

A ideia da autora, assim enunciada, articula-se com o que, no desenrolar do grupo de escuta, passamos a perceber como um certo desejo pela manutenção do mesmo, certo apego a um ideal. Escutávamos, entre falas tão sofridas das acolhidas, que o momento de desterritorialização no qual se encontravam vinha carregado sentimentos ambíguos que oscilavam entre a vontade de retornarem às vidas que as levaram ao limite de saírem fugidas de suas casas, e o despertar de novas possibilidades. As falas remetem à falta de emprego, a falta de creches, a saudade do convívio com as pessoas que antes eram de sua relação, a saudade de seu bairro, suas ruas e as impossibilidades de contato que lhes era imposta após a decisão de deixar uma relação de violência. Uma melancolia cotidiana pela imposição de sua desterritorialização era formada por constantes queixas, aliás após a saída de suas antigas residências, as condicionantes que o Estado e uma sociedade machista as impunham para requerer seus direitos básicos como cidadãs e mães aumentavam e os direitos que antes possuíam, como o reconhecimento de um CEP, lhes é retirado.

Para que também não limitássemos nossa escuta às polarizações moralistas entre o saudável e doentio para aquelas mulheres, o velho e novo, antiga/violenta e nova/boa vida, buscamos autores que nos ajudam a pensar em como criar linhas de fuga dos dualismos que aquelas falas carregavam. Como escutar a vontade de nada, a pulsão de morte/conservação que tanto aparecia em suas falas?

As meninas estavam muito abatidas, à flor da pele, H. contou emocionada que anda pensando muito em sua mãe, que não consegue voltar para casa por causa das lembranças, mas que agora com a rotina entediante da casa não consegue parar de lembrar dela. A casa de H. sempre está presente em suas falas pessoais, o espaço onde tudo ocorre a saudade, a presença de pessoas de confiança, a morte, a violência, o espaço que foi invadido, o pátio compartilhado, a casa vira sempre a falta que sente de sua mãe, seu pai, seu irmão, sua vida antes de ser agredida e ao mesmo tempo a casa é o espaço onde ocorreram todas as suas perdas. Ela afirmou que a solução seria arranjar um emprego, mas diz entristecida que ela e a W. espalharam currículos por todos os lugares e não receberam nenhuma resposta. Fico pensando como é intensa a solidão dessas mulheres. Não havia me ocorrido que, além do fato de que elas terem precisado abandonar o companheiro, a própria casa e seus pertences, elas estarem ali significa também que elas não tiveram outro lugar pra ir, outros com quem contar... Desamparo! (diário de campo, 18 de abril de 2019).

A vontade de nada parecia persistir a cada encontro com as acolhidas. Era uma sensação do que Nietzsche (2009) define por um niilismo passivo que nega a vida, como se nada mais houvesse. A cada tentativa frustrada na busca por emprego, escolas para os

filhos, a vida depauperada parecia tomar conta de toda narrativa daquelas mulheres sofridas. Relatavam que passavam os dias ali dentro, sentiam-se entediadas e apenas levantavam da cama porque os filhos precisavam tomar café e realizar suas atividades. Escutávamos cotidianamente falas sobre a vontade de morrer ou mesmo voltar para situação anterior na qual ao menos tinham alguém. Pelbart (2016), ao analisar as formas de niilismo que Nietzsche propõe, traz o niilismo passivo como aquele grande cansaço perante a vida, na qual tudo parece não valer a pena, pois nada mudou após a “morte de Deus”. Entendendo aqui que a figura de um ideal a ocupar a necessidade de um deus aparecia reincidentemente associado ao amor perdido, ao casamento destruído, aos homens que as violentaram, mas não saíam do centro de suas vidas.

Como sair de um extremo pessimismo que dramatiza a vida, acreditando que o presente nunca é o que deveria ser, para uma potência afirmativa da vida? Como dizer “sim” às escolhas que se fez e sustentá-las de uma forma que não seja apenas pela via do ressentimento? Seria possível cruzar esta ponte e viver o que Nietzsche propõe como *amor fati* numa vida na qual o eterno retorna, busca a criação, na própria destruição?

A conversa volta ao problema da rotina entediante da casa, H. e W. falam da busca pelo emprego que não vem. “Quero trabalhar para poder ir pra casa... não pra minha casa...” H. deixa a frase no ar e complementamos: “Para construir uma casa”? A partir desta pergunta o grupo passa a problematizar como seria construir uma casa, quais formas possíveis existem de poder habitar um novo espaço, bem como começam a aparecer a partir daí questionamentos sobre como habitar a própria Ocupação (Diário de campo, 18 de abril de 2019).

A palavra construção parece produzir uma ramificação de um assunto que aparecia há semanas de forma cristalizada: uma reclamação de que não haveria formas de seguir a vida já que estavam desempregadas e moravam em uma Ocupação. Surge um novo campo, a problematização das relações que até então parecia inviável de acontecer cooperativamente ali dentro. Vai aparecendo cada vez mais a repetição da forma antiga, reclamando que alguém deveria ser o “Salvador” de suas vidas (conseguir um emprego, dar-lhes comida, cuidar dos filhos, etc.). Ao mesmo tempo em que aparecem tais reclamações, novos agenciamentos pareciam anunciar alguns possíveis. Em um dos grupos, as falas circulam sobre a dificuldade de ter com quem deixar os filhos para saírem em busca de empregos e da impossibilidade de dar aos mesmos as coisas materiais que demandam. Em meio às narrativas da dureza cotidiana de se enfrentarem com tantos limites e abandonos, surge o choro de uma mãe ao falar sobre seu sofrimento em o filho estar de aniversário e não poder comemorar. Neste momento, rapidamente

opera-se um agenciamento coletivo e as acolhidas passam a pensar uma forma de fazer uma festinha para o menino dentro da Ocupação naquela noite. Uma se oferece para fazer um bolo de receita rápida, outra lembra que tem guardado algum balão e aquela impossibilidade se transmuta em tarefa de todas a ser festejada com a alegria que já não seria só daquela mãe.

Nas semanas seguintes as acolhidas buscam caderno e lápis e passam a construir as pautas para as Assembléias que se davam quinzenalmente com as coordenadoras na Ocupação. O que acontecia até então, era que as acolhidas reclamavam umas para as outras das decisões tomadas nas Assembleias, porém, não conseguiam se posicionar e falar do que achavam ser importante para a manutenção e relações na Casa. Neste grupo de escuta:

Colocamos a questão: “E será que não existe alguma forma de vocês mudarem de posição, já que esta ocupação existe também porque vocês estão aqui? Nos parece que de alguma forma vocês estão sempre se remetendo às coordenadoras para pedir permissão, quando na verdade a proposta é de que construam juntas as regras. E não para brigar, pois o movimento está do mesmo lado, mas para tomarem o lugar que é de vocês. Se estão incomodadas e querendo conversar, não precisam sempre esperar por ordens, vocês também podem criar as regras da própria casa de vocês, junto a coordenação” (Diário de campo, 25 de abril de 2019).

A partir disso, elas vão pensando que poderiam chamar uma Assembleia ao invés de esperarem o momento da coordenação marcar. F. pega caneta e papel, e num coletivo elas pautam itens para analisar nesta assembleia. Estávamos tentando ajudá-las a apropriarem-se daquele espaço como seu, suas vidas como suas. A palavra autonomia enfatiza que este é um dos objetivos do próprio movimento. Foi assim que muitas ideias do que pautar surgiram delas, e inclusive sugestões de como falar sem ser em tom acusatório mas para construir em conjunto. F. como que “secretária do grupo” anotou tudo. G. ficou responsável de enviar whats para uma das coordenadoras em nome de todas para a convocatória da Assembléia. Primeira vez que sentimos o grupo menos tomado pelo ressentimento, no sentido Nietzscheano, e com mais vontade de existir, parecia haver brechas para a construção do novo.

Reconhecendo Atentamente As Demandas Produzidas: A Potência Do Não!

Somente enquanto criadores podemos destruir! – Mas não esqueçamos também isto: basta criar novos nomes, avaliações e probabilidades para, a longo prazo, criar novas ‘coisas’ (NIETZSCHE, 2001, p.96).

Nos encontros que seguiram após esse deslocamento de uma posição mais frágil e passiva para um lugar de maior protagonismo, em que assumiam com mais firmeza suas necessidades, percebemos movimentações importantes ao mesmo tempo em que observamos um esvaziamento dos grupos de escuta semanais:

Chego na casa e D. abre o portão enquanto fala ao telefone. Ela senta, depois de finalizar a ligação, sem tirar a bolsa do ombro. Sento ao lado dela e pergunto como vão as coisas. Explica que acabou de chegar e está cansada. Começou a trabalhar e agora à tarde pretende ir na lan house imprimir uns documentos que faltam. No seu modo de falar percebo aquele misto de cansaço e correria típico das mulheres trabalhadoras, o qual eu mesma assumo com frequência (Diário de campo, 16 de maio de 2019).

Chego na Mirabal às 14:00h, F. abre a porta para mim. Me avisa que a casa toda está dormindo. Pergunto se ela se importa ao menos de perguntar se as gurias querem participar do grupo hoje. Ela faz cara do tipo “posso tentar mas duvido que irão levantar”, eu afirmo que sim. Ela sobe e as acolhidas que estão dormindo dizem que não participarão hoje, mas ela quer mesmo assim (Diário de campo, 23 de maio de 2019).

Identificamos, naquele que foi um dos últimos encontros no qual estavam todas as acolhidas reunidas, a formulação das queixas, ou seja, o reconhecimento e a descrição de suas dores começam a se transformar em reivindicações, operando uma espécie de ruptura com a forma que agiam até então e que produziu outros inúmeros movimentos na dinâmica do campo, na casa e na vida dessas mulheres.

O reconhecimento atento é o quarto gesto ou variedade atencional da cartógrafa, que exige uma reconfiguração do território de observação, após o pouso, quando é preciso “calibrar novamente o funcionamento da atenção, repetindo mais uma vez o gesto de suspensão” (KASTRUP, 2007, p. 20). Entendendo a constituição de um grupo de escuta semanal como o nosso pouso no percurso de pesquisar/cartografar, nos deparamos rapidamente com a necessidade de resistir ao intuito de “fazer ninho” naquele ponto de atração. Insistir nesse pouso sem suspender novamente nossos juízos e expectativas poderia fazer com que perdêssemos de vista os circuitos fluidos e mutáveis do campo em questão.

Assim, nesses novos circuitos que passaram a vibrar, algumas acolhidas, como é possível ver pelos trechos de diário acima, começaram a não ter tempo para participar do grupo, ou porque começaram a trabalhar ou porque usavam esse horário para “resolver coisas”. Também não pareciam mais estar à nossa espera, como na tarde fria e chuvosa em que estavam dormindo. Ainda, surgiram novos conflitos entre as moradoras da casa, que dificultavam as trocas entre elas e apareciam como impeditivos à intervenção grupal.

Mesmo tomando tais conflitos como analisadores grupais, nos víamos, muitas vezes, impelidas a compreender a indisponibilidade a participarem como uma atualização do que experimentavam cotidianamente. Frente à dispersão delas nos últimos encontros, nos distribuímos entre as pesquisadoras para escutar uma na cozinha, outra no pátio, sendo confidentes “mais exclusivas” das insatisfações que ecoavam entre elas. Movimentos que nos arrancaram desses pouso, literalmente não deixando mais que nos sentássemos no pátio, ao lado da árvore que escolhemos para demarcar o espaço do grupo. Fomos deixando novamente o campo nos conduzir.

A questão lançada por uma de nós, pesquisadoras, naquele dia que lembramos como o momento que produziu dobra: “E será que não existe alguma forma de vocês mudarem de posição?”, de fato parece ter gerado um reposicionamento subjetivo nessas mulheres, que incidiu nas relações entre elas e na relação delas com o grupo e conosco, pesquisadoras. A exacerbação dos conflitos entre elas parece mostrar que, ao sair (mesmo que temporariamente) de uma posição mais passiva, puderam se deparar com novos desafios, olhar umas para as outras de novas formas, esperar e buscar mais das relações.

De maneira semelhante, começou a se desenhar para nós essa quarta variedade atencional, em que a memória entra em jogo para reconhecer (atentamente e nunca de forma automática), e para sublinhar os novos contornos que se produzem no território de observação. Assim, lembramos dos primeiros encontros, quando se ouvia com tanta frequência sobre o tédio, a rotina sempre igual da casa, e sobre sensações de aprisionamento. A insistência na posição passiva, imobilizante, do início dos grupos, passa a revelar novos contornos: abandonar a posição de mesmice é se lançar ao desconhecido, à temível sensação de não saber o que virá. Reencontrar, talvez, uma dor ainda não cicatrizada para quem carrega no corpo tantas perdas, tantas agressões ainda recentes, como é o caso dessas mulheres.

Percebemos aí mais um jogo contínuo e pendular, de aprisionamento e liberdade, de precisar se agarrar a uma mínima noção de estabilidade e segurança (representada por uma posição passiva diante da vida), mesmo que essa seja desconfortável, e deparar-se com a dificuldade de sair dela. O trabalho psíquico de luto pelas perdas tem um tempo de elaboração, dificultando, em um primeiro momento, a possibilidade de experienciarem a Ocupação como suas casas. O grupo foi constituído por mulheres que entraram na Ocupação em dezembro de 2018, assim era recente o impacto das perdas vividas, o que acompanhou todo o processo até aqui narrado, sobre a tristeza e saudades da vida que até

então levavam. Experienciar, como diria Nietzsche (1988), a queda dos ideais em sua radicalidade, é um caminho árduo e conflituoso que exige tempo e abandono de determinados modos de existência.

Na semana seguinte ao dia que as acolhidas dormiram no horário do encontro, já contávamos com mais participantes, e, assim, reavaliávamos com elas o contrato inicial de grupo, e propusemos que elas pensassem em como gostariam de usar esse espaço, deixando bastante claro que era um espaço delas, e a continuidade dependia também de seus desejos em mantermos, ou não, o grupo, e o formato que ele assumiria. Elas apenas ouviram e assentiram dizendo que pensariam a respeito.

No grupo consecutivo, quem nos recebeu e sentou conosco no local habitual, abaixo da árvore do pátio, foi uma coordenadora da casa, dizendo que as acolhidas pediram que ela nos comunicasse que não queriam mais realizar o grupo. A decisão em si não nos surpreendeu tanto quanto a necessidade de solicitar uma porta voz para nos dar a notícia, demonstrando o quanto era difícil para elas assumirem aquele não. Assumir e comunicar aquilo que elas queriam, negando-se a acatar aquilo que elas entendem que o outro deseja e decide por elas. Fomos até a cozinha, onde elas estavam reunidas e trouxemos o assunto sobre o encerramento do grupo. Nesse momento sentimos, em seus modos receosos e envergonhados de falarem, que a expectativa era de uma reação negativa da nossa parte. Porém, ao passo em que vão podendo assumir o desejo daquele “não querer” e percebem que sua decisão é acolhida, elas se aliviam e se empoderam para explicar o que de fato querem. Naquele momento, puderam manifestar o desejo de espaços individuais de escuta para poderem aprofundar mais suas questões e conflitos pessoais - mostrando que passam a reconhecer-se como protagonistas de suas escolhas e sujeitas de direitos que vão além daquilo que vínhamos ofertando.

O que elas nos traziam ali, entre tensões e certa timidez, era, sim, a possibilidade de escolherem, e dizerem do limite da nossa intervenção, na modalidade grupal. Desta forma reconhecemos atentamente as demandas que também produzimos. Aquele “não” que poderia ser visto como desistência, foi compreendido como uma potência. Ao mesmo tempo que enunciavam um “não querer”, falavam de um “querer mais”, de um querer diferente àquele que lhes fora ofertado. Foi desta maneira que nossa pesquisa rizomática criou novas bifurcações e passamos a integrar um grupo de saúde, com outras profissionais parceiras, cujo objetivo era articular as novas demandas de cuidado que

surgiam na Casa, incluindo a facilitação de encaminhamentos para atendimentos em saúde mental.

Considerações Finais

(...) mas é desse jeito que tudo surge, com enorme esforço para brotar e brotando turvo, emaranhado, confuso. Contar é desemaranhar aos poucos, como quem retira um feto de entre vísceras e placentas, lavando-o depois do sangue, das secreções; para que se torne preciso, definido, inconfundível como uma pequena pessoa. O que conto agora é uma pequena pessoa tentando nascer. (ABREU, 2007, p. 75-76)

Não é tarefa simples lidar com o campo da mulher em situação de violência, como vimos ao longo deste artigo. Não é simples pois, implica desconstruir não apenas a forma tradicional de fazer pesquisa como, também, os valores morais arraigados em nossa história brasileira, sobre os papéis de homens e mulheres e o lugar do amor romântico que sustenta a família nuclear burguesa. Ao longo da cartografia observamos que a desterritorialização vivida pelas mulheres acolhidas pela Ocupação, não diz apenas sobre a perda material de suas casas, mas implica também a desconstrução de ideias sobre o lugar de submissão feminina, o qual encontra-se culturalmente ligado à ideia de amor. Quando estes valores de amor romântico, família/relações cisheteronormativas, maternidade são radicalmente destruídos em um processo de quebra dos ideais, pode daí emanar uma profusão de outras potentes formas de vida.

Ainda, outro risco que corremos ao realizarmos a intervenção é de não problematizarmos o cuidado para que este, por vezes, não caia no engodo de tornar-se tutela como muitas vezes sentíamos que poderia acabar tornando-se as ações voltadas para tal população. Pensarmos, pois, a sobreimplicação, fez-se eficaz para que pudéssemos seguir atentas à potência que existe mesmo em lugares tão precarizados e carentes de cuidado. Encontramos em Nietzsche, principalmente, pistas que nos ajudam a pensar os encontros que se deram ao longo da intervenção como produtores de mais vida, buscando encontrar a potência contida nos movimentos que partem do próprio ressentimento, tal como ocorreu nos grupos de escuta. Após meses em falas de lamentações e tristeza, as mulheres passam a fazer reivindicações até a escolha final de encerrarem o grupo. Neste ato reiteramos a potência do Não, que nasce como uma possibilidade de emancipação.

Em Nietzsche, a relação essencial de uma força com a outra nunca é concebida como um elemento negativo na essência. Em sua relação com uma outra, a força que se faz obedecer não nega a outra ou aquilo que ela não é, ela afirma

sua própria diferença e se regozija com essa diferença. O negativo não está presente na essência como aquilo de que a força tira sua atividade, pelo contrário, ele resulta dessa atividade, da existência de uma força ativa e da afirmação de sua diferença. (DELEUZE, 1976, p. 7)

Assim, a possibilidade de parir um desejo entre vísceras passa, de alguma forma, por ativar a potência da negatividade, força da recusa como uma posição afirmativa diante da vida. Não mais para aquilo que me é oferecido e que aceito sem questionar. Mas assumir a radicalidade de uma escolha aponta àquilo que desejo de fato, mesmo quando esta escolha caminha na contramão de toda uma lógica patriarcal que nos constitui e marca os corpos das mulheres com a consigna da resignação, do “aguentar só um pouquinho mais”, como expresso pela juíza de Santa Catarina tentando coagir uma menina de 11 anos de idade, grávida após ser estuprada, a não acessar seu direito ao aborto legal (BRASIL DE FATO, 2022). A potência afirmativa do Não passa justamente pelo direito à recusa, por uma mulher poder dizer: Ainda que pareça absurdo, eu tenho direito! Eu me sinto cidadã de algum direito. Eu tenho escolha, já posso dizer “basta”. Eu posso dizer “Não!”, meu desejo não passa por esta via, meu desejo vai noutra direção.

As pistas de Kastrup sobre as quais aqui discorreremos ajudaram-nos a pensar a clínica-política como ferramenta de pesquisa - um modo de pesquisar que busca a emancipação das mulheres. Para tanto, foi necessário problematizar os paradigmas que nos constituem, nos deparando com as tendências a fragmentar, dividir, racionalizar que ainda nos habitam. Somos atravessadas por formações técnicas, mesmo que diversas, igualmente impregnadas de valores da modernidade e, muitas vezes, nos pegamos perseguindo verdades, mas em constante movimento de reflexão para a não reprodução de tais lógicas. Desta forma, a cartografia é uma prática ético-estético-política que busca afirmar a vida em sua potência, combatendo a lógica de racionalidade por meio de uma metodologia flexível, nem por isto menos rigorosa, no uso dos conceitos e ferramentas de campo.

Como vimos ao longo do artigo, o que propiciou a intervenção junto à Ocupação Mirabal foi justamente o fato de a pesquisa não ter uma formatação *a priori*, um desenho com procedimentos dados de antemão a serem seguidos. Atentas às possibilidades de resguardar o caráter criativo da pesquisa-intervenção, os conceitos foram sendo incorporados junto à processualidade do percurso investigativo. Nessa perspectiva, os conceitos trazidos por Kastrup não foram tomados com a finalidade de a seguir, como um manual de cartografia, mas sim para explorar a força de seus conceitos fora deles, em

articulação constante com o campo, na capacidade de criação tanto de leituras como de associação de ideias. Essa abertura possibilitou o espaço necessário para que o desejo das mulheres escutadas pudesse emergir, ganhar força, dando o combustível necessário para que elas reivindicuem um lugar no mundo que faça jus à grandeza da sua existência.

A importância da Casa pra mim foi aqui entender meu problema. Não fui julgada, em nenhum momento, fui acolhida. Não por interesse, fui acolhida de coração, vi meus problemas em outras pessoas, que foi o que mostrou minha realidade para mim. A importância da casa de acolhida Mirabal foi mostrar para as mulheres seus direitos, mostrar que mulher não é lixo, mostrar que mulher tem o seu valor e mostrar que nós podemos lutar por muitas coisas. Só que a gente não sabe. Eu não sabia. Sofri violência com três filhos, meus filhos também sofreram violência, por anos. Agora tô na minha casa, com minha vida boa, superei, mas a gente tem que ter força para lutar. Eu lutei e as meninas me ajudaram a lutar. Então nunca pense que mulher não é nada, nós somos tudo. Nós somos maravilhosas, somos magníficas... Não é à toa que a gente bota os homens no mundo! (...) a gente tem que ser unida, mulheres vencidas. Sempre! (Depoimento de ex-acolhida da Mirabal, 2019).

Referências

ABREU, C. F.. O marinheiro. In: ABREU, C. F. *Triângulo das águas*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, R. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina, 2ed. Editora: UFRGS, 2009.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. H. Diário de Bordo de uma viagem-intervenção. In: Escóssia, L., Kastrup, V.; Passos, E. *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BRASIL DE FATO (Rio de Janeiro). Juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto; veja repercussão. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/20/juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto-veja-repercussao>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural, 1976.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs* (volume I). São Paulo: editora 34, 2000.

DELEUZE, G. PARNET, C. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

GUATTARI, F. *Caosmose, um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2012.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 15-22, abr. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000100003>.

SANTOS, N. A.; ROMAGNOLI, R. C. Quando a invenção pede passagem: ritmo e corpo nas oficinas de teatro do Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) Noroeste de Belo Horizonte. *Mental (On-line)*, v. X, n. 18, p. 29-52, 2012.

FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. *Obras Completas de Sigmund Freud*. v.XII. Rio de Janeiro: Imago. 1969.

LOURAU, R. *Análise institucional práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LOURAU, R. *Analista institucional em tempo integral*. S. Altoé (Org). São Paulo: Hucitec, 2004.

NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos ídolos – A filosofia a golpes de martelo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência - Livro II*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: Uma polêmica*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

PAULON, S.; ROMAGNOLI, R. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e pesquisa em psicologia (Online)* v.10, n. 1, p. 85-102, 2010. <https://doi.org/10.12957/epp.2010.9019>

PELBART, P. P. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. 2ª ed. São Paulo: N-1, 2016.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1, 2018.

ROMERO, M. L.; ZAMORA, M. H. Pesquisando Cidade e Subjetividade: Corpos e Errâncias de um Flâneur-cartógrafo. *Psicologia Em Estudo*, v. 21, n. 3, 2016, p. 451-461. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v21i3.29787>

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICO DO ESTADO DO RS. *Indicadores da Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha*. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 10 dez. 2019.